

# NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 25/Jul



cntv@terra.com.br | (61) 3224-1658 | www.cntv.org.br | Edição 3447 - Ano 2025

## CNTV se reúne com Correios para cobrar pagamento de vigilantes



A Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) realizou, no dia 23 de julho, uma nova reunião com a diretoria dos Correios para cobrar soluções urgentes sobre problemas nos contratos com empresas terceirizadas de segurança, em especial a grave situação de atrasos salariais enfrentada pelos vigilantes. A reunião contou com a participação de representantes do Sindicato dos Vigilantes do Distrito Federal, da Bahia, de Pernambuco e de Camaçari.

Quase um mês após a primeira reunião, em que a direção dos Correios se comprometeu a estudar a viabilidade de atender parte das demandas apresentadas com prioridade, os sindicatos voltaram a cobrar respostas concretas. O principal problema continua sendo a falta de pagamento dos salários dos vigilantes terceirizados — algo que compromete diretamente a subsistência

dos trabalhadores e de suas famílias.

Durante o encontro, a CNTV destacou que a situação dos vigilantes da empresa Interfort Segurança, que atuam nos Correios no estado de Pernambuco, é alarmante. Muitos estão há mais de 110 dias sem receber salários, mesmo após a empresa receber créditos da estatal. Além disso, esses trabalhadores estão sendo dispensados e cumprindo aviso prévio, sem qualquer garantia de que receberão suas verbas rescisórias.

Diante dessa realidade, a Confederação e os sindicatos reforçaram o pedido para que os Correios façam os pagamentos diretamente aos trabalhadores, conforme autoriza a Instrução Normativa nº 05/2017 do MPOG. Também foi reiterada a necessidade de retenção das verbas trabalhistas em contas vinculadas, garantindo que, no momento da dispensa, os direitos dos trabalhadores não fiquem sujeitos à conveniência ou à alegada incapacidade financeira das empresas contratadas — como vem ocorrendo, também com os trabalhadores dos Correios na Bahia.

Outro ponto cobrado foi a suspensão das demissões e reduções de postos de trabalho entre os vigilantes contratados pelos Correios. Os representantes sindicais também reafirmaram a importância de garantir, nos próximos editais de contratação de empresas de segurança, uma cota mínima de 30% para vigilantes mulheres e para pessoas trans habilitadas e registradas, como medida de inclusão e respeito à diversidade.

Os diretores dos Correios que participaram da reunião apresentaram um panorama detalhado sobre os repasses financeiros às empresas terceirizadas, informando que os pagamentos começaram a ser liberados semanalmente. Foram compartilhados valores pagos, forma de quitação e os prazos para a regularização dos débitos. Segundo os dirigentes sindicais, essas informações demonstram que o descaso com os salários dos vigilantes é fruto da postura das empresas, que priorizam o lucro em detrimento dos direitos básicos dos trabalhadores.

Um dos avanços da reunião foi a confirmação da criação de um Grupo de Trabalho (GT) com a participação da CNTV, sindicatos e Correios, com o objetivo de avançar na construção de uma política permanente de proteção aos trabalhadores terceirizados, aos servidores, aos usuários e ao próprio patrimônio da empresa.

Uma nova rodada de reuniões já está marcada. Os representantes sindicais esperam que até lá as situações mais urgentes estejam resolvidas ou que, ao menos, esse esforço conjunto comece a dar resultados efetivos para os vigilantes prejudicados.

Participaram da reunião a CNTV, o Sindicato dos Vigilantes do Distrito Federal, o Sindicato dos Vigilantes da Bahia, o Sindicato dos Vigilantes de Camaçari e o Sindicato dos Vigilantes de Pernambuco.

Fonte: CNTV

# Ministério da Defesa abre consulta pública sobre nova Portaria que trata da blindagem de veículos



O Ministério da Defesa, por meio do Diretor de Fiscalização de Produtos Controlados, publicou no Diário Oficial da União, no dia 22 de julho de 2025, a abertura de consulta pública sobre a proposta de uma nova Portaria que estabelece normas para o exercício de atividades com veículos automotores blindados, blindagens balísticas e o funcionamento do Sistema de Controle de Veículos Automotores Blindados e Blindagens Balísticas (SIB-VABB).

A proposta traz diretrizes detalhadas sobre temas fundamentais como fabricação, autorização, controle, descarte e fiscalização dos veículos blindados e suas blindagens. Essas diretrizes impactam diretamente categorias profissionais e setores que atuam com segurança privada, transporte de valores, escolta armada e serviços especializados que envolvem o uso de veículos blindados. Por isso, é fundamental que dirigentes e profissionais da área analisem o conteúdo e apresentem suas considerações.

A minuta da Portaria e os documentos de referência estão disponíveis na plataforma digital Participa + Brasil, por meio do endereço [www.gov.br/participamaisbrasil/consultas-publicas](http://www.gov.br/participamaisbrasil/consultas-publicas) ou diretamente pelo link Consulta Pública nº 01/2025 – Revisão da Portaria nº 94 COLOG/2019. O período para envio de contribuições vai das 10h do dia 22 de julho

até as 10h do dia 21 de agosto de 2025. As sugestões devem ser feitas exclusivamente pela plataforma.

A Participa + Brasil é uma plataforma digital criada para promover e qualificar o processo de participação social, disponibilizando mecanismos para a realização de consultas públicas, audiências, pesquisas e boas práticas de governança participativa. Em breve, essa plataforma será incorporada pela nova Plataforma Brasil Participativo, iniciativa do governo federal que visa ampliar ainda mais os canais de escuta e participação da sociedade na construção de políticas públicas.

Para o presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), José Boaventura Santos, esta é uma oportunidade que não pode ser desperdiçada: “Os trabalhadores têm que ocupar os seus espaços na sociedade. Este é o momento de estarmos presentes em cada decisão, sob o risco de perdermos a chance de aproveitar o momento em que temos na presidência um governante que conhece os anseios dos trabalhadores.”

A CNTV e demais entidades do setor reforçam a importância da mobilização da categoria para que haja participação efetiva no processo de revisão das normas. A proposta de Portaria trata de temas que afetam diretamente as condições de trabalho, a segurança e a regulamentação de atividades essenciais para o setor de segurança privada e transporte de valores.

A minuta da Portaria está disponível para leitura e análise, e é essencial que todos os interessados façam suas contribuições dentro do prazo estabelecido.

FONTE: CNTV

# Brasil ratifica protocolo da OIT sobre trabalho forçado

**Em sintonia com diretrizes internacionais, Justiça do Trabalho tem, desde 2023, Programa de Enfrentamento ao Trabalho Escravo, Tráfico de Pessoas e Proteção ao Trabalho do Migrante**



Foto: MPT/MG

O Senado Federal aprovou, no dia 19 de julho, o Projeto de Decreto Legislativo (PDL 323/2023), que ratifica o Protocolo de 2014 à Convenção 29 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), voltado ao combate ao trabalho forçado ou obrigatório. A medida, já aprovada pela Câmara dos Deputados, agora aguarda promulgação. Com a ratificação, o Brasil reforça o compromisso com a erradicação de formas modernas de escravidão, como o tráfico de pessoas e a exploração de trabalhadoras e trabalhadores em condições degradantes.

## **Compromisso histórico**

Coordenador do Programa de Enfrentamento ao Trabalho Escravo, Tráfico de Pessoas e Proteção ao Trabalho do Migrante da Justiça do Trabalho, o ministro Augusto César, do Tribunal Superior do Trabalho, destacou a importância da adesão formal do Brasil ao protocolo. “O país reafirma seu compromisso histórico de enfrentar a escravização contemporânea, um fenômeno que infelizmente ainda persiste em nosso território”, afirmou. “A ratificação nos alinha às obrigações internacionais e fortalece as ações já em curso no país”.

Adotado durante a 103ª Conferência Internacional do Trabalho, o Protocolo de 2014 atualiza a Convenção 29 da OIT, de 1930, para os desafios contemporâneos. Entre as diretrizes estão medidas eficazes de prevenção, proteção às vítimas, combate ao recrutamento fraudulento e promoção de campanhas educativas, com destaque para a vulnerabilidade de mulheres, meninas, trabalhadores migrantes e crianças. “O protocolo exige um compromisso mais robusto dos Estados-membros com a prevenção. Isso respalda e amplia a atuação das instituições que já estão na linha de frente, como a auditoria fiscal, o Ministério Público do Trabalho e a Polícia Federal”, observa o ministro.

### **Programa de Enfrentamento ao Trabalho Escravo**

Em sintonia com as diretrizes da OIT, a Justiça do Trabalho criou, em 2023, o Programa de Enfrentamento ao Trabalho Escravo, Tráfico de Pessoas e Proteção ao Trabalho do Migrante. Vinculada ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), a iniciativa desenvolve ações permanentes como capacitação de juízes e servidores para a escuta qualificada de pessoas escravizadas, traficadas e migrantes. Dedicar-se, ainda, à produção de conhecimento de fatos e normas relativos à escravidão contemporânea e à avaliação da efetividade das decisões judiciais e seu potencial de reverter o quadro social que induz à submissão ao trabalho escravo. O programa já tem 18 projetos em andamento.

“Temos iniciativas que buscam conscientizar não só os empregadores, mas também os trabalhadores resgatados, especialmente sobre o que caracteriza a escravidão moderna. Também atuamos com campanhas educativas em escolas e com ações voltadas à população migrante, uma das mais vulneráveis”, explicou o ministro Augusto César.

### **Condições análogas à escravidão**

A realidade brasileira reforça a urgência do tema. Segundo o Radar da Inspeção do Trabalho (Radar SIT), mantido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em 2023, mais de 3 mil pessoas foram resgatadas de condições análogas à escravidão. No mundo, segundo relatório conjunto da OIT, da Walk Free e da Organização Internacional para as Migrações, cerca de 28 milhões de pessoas viviam nessa situação em 2021.

Para o ministro do TST, a ratificação fortalece ainda mais os marcos legais brasileiros. “Desde 2003, o Brasil vem aperfeiçoando sua legislação e criando estruturas de enfrentamento. A adesão ao Protocolo de 2014 nos coloca entre os países que não apenas reconhecem o problema, mas atuam de forma concreta para eliminá-lo”, disse. Ele lembrou que o artigo 149 do Código Penal, modificado em 2003, já contempla formas contemporâneas de escravidão, como a jornada exaustiva e as condições degradantes de trabalho.

“O Brasil ratificou. E agora? O país passa a ter compromisso com o enfrentamento dessa prática, terá que aprofundar as políticas públicas, aplicar o artigo 243 da Constituição, que prevê a expropriação de propriedades onde houver trabalho escravo, e garantir que vítimas não sejam revitimizadas. A Justiça do Trabalho continuará desempenhando papel essencial nessa missão”, concluiu.

Com a ratificação, o Brasil passa a integrar o grupo de 62 países que assumiram formalmente o compromisso de implementar o protocolo da OIT e se submeter ao seu sistema de supervisão, reforçando o papel do país na luta global contra a escravidão moderna.

FONTE: TST (Flávia Félix/CF)

# PF deflagra operação para desarticular organização criminosa responsável por ataque a banco em Guaxupé/MG

**Durante a ação do grupo criminoso, foram empregados armamentos de grosso calibre, veículos e artefatos explosivos, resultando no roubo de aproximadamente R\$ 2 milhões em dinheiro e joias empenhadas**

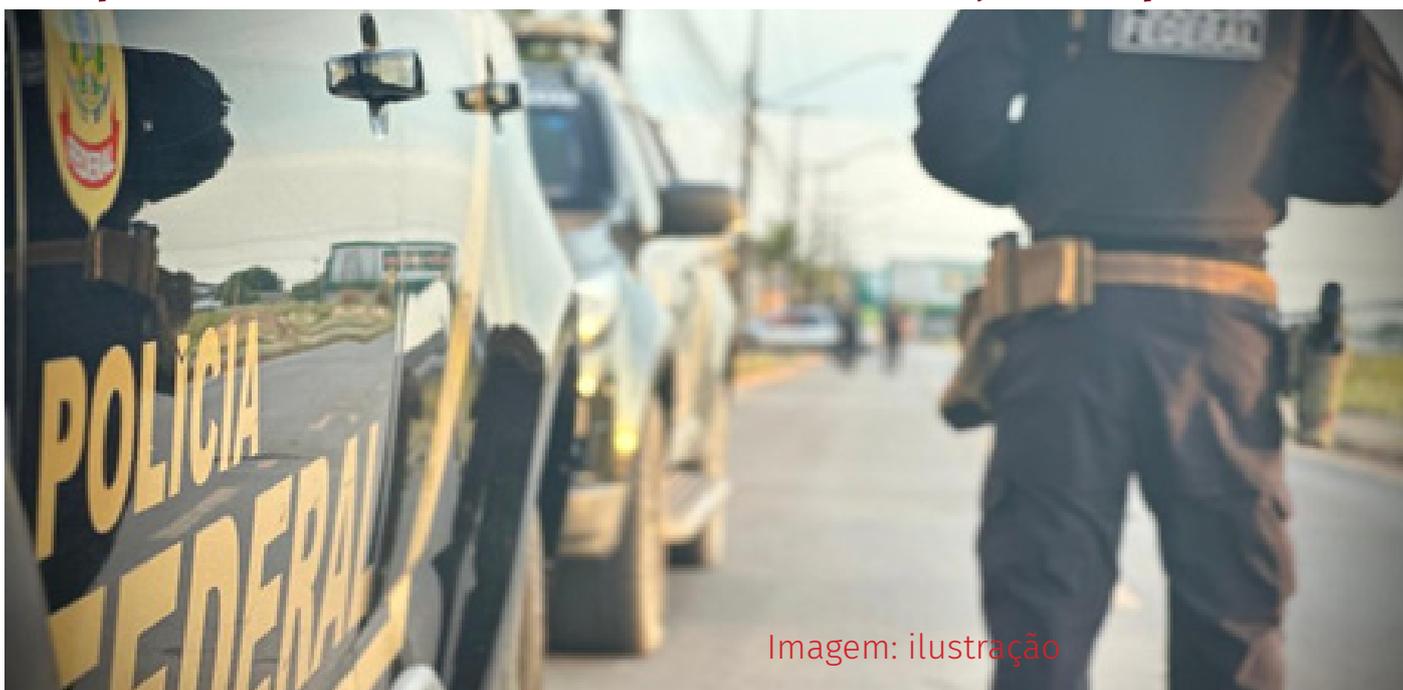


Imagem: ilustração

**Varginha/MG.** Nesta quinta-feira (24/7), a Polícia Federal deflagrou a Operação Fênix, com o objetivo de desarticular uma organização criminosa especializada em ataques armados coordenados contra instituições financeiras, conhecidos como “domínio de cidades”. Essa modalidade envolve o uso de explosivos e táticas militares para violar agências bancárias.

As investigações tiveram início após o violento ataque ocorrido na madrugada de 8/4/2025, quando criminosos fortemente armados invadiram a agência da Caixa Econômica Federal em Guaxupé. Divididos em grupos com funções específicas, os

criminosos atacaram simultaneamente as sedes da Polícia Militar e da Guarda Civil Municipal, para impedir a reação das forças de segurança. Enquanto isso, outra equipe utilizou explosivos de alto poder destrutivo para acessar o cofre da agência.

Na operação de hoje, a Polícia Federal cumpre nove mandados de busca e apreensão nas cidades de Campinas/SP, Sumaré/SP e Hortolândia/SP, expedidos pelo Juízo Federal de Passos/MG. A ação é coordenada pela Polícia Federal, com apoio operacional da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

FONTE: DPF

# FGTS vai distribuir R\$ 12,9 bilhões de lucro. Saiba se você tem direito

**Valor será depositado em 234,3 milhões de contas individuais do FGTS num período de três a quatro dias**

MARCELO CAMARGO / AGÊNCIA BRASIL



234,3 milhões de contas individuais de trabalhadores e trabalhadoras, entre ativas e inativas, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço terão direito neste ano ao depósito de uma parte dos R\$ 12,9 bilhões de lucro do FGTS. A proposta do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) foi acordada nesta quinta-feira (24) pelo Conselho Curador do Fundo da qual a CUT faz parte. O total corresponde a 95% do resultado obtido em 2024, que ficou em R\$ 13,6 bilhões.

O dinheiro será depositado diretamente na conta do FGTS trabalhador pela Caixa Econômica Federal (CEF), num prazo de três a quatro dias, disse a representante do banco durante a reunião, mas o saque do valor só poderá ser feito de acordo com as regras.

Cada trabalhador celetista vai receber um depósito adicional de 2,04% do saldo que sua conta tinha em 31 de dezembro do ano passado e, somado aos juros anuais de 3,93% que cada trabalhador recebeu, o total é de 6,05%. Essa rentabilidade supera em 1,17% o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a inflação anual oficial do país que ficou em 4,83%.

Esses valores são conquistados porque os depósitos do Fundo são aplicados como empréstimos e voltam para a conta do trabalhador em forma de juros. É por isso que todo ano, o FGTS põe na conta individual de cada trabalhador o rendimento.

Os trabalhadores vêm tendo “ganhos reais” nas suas contas no FGTS desde 2016, quando a distribuição de resultados do FGTS passou a ser feita. Houve uma única exceção em 2021 em razão do pico na inflação que o Fundo não tem condições de acompanhar no curto prazo. De todo modo, nesse período de nove anos o ganho real acumulado nas contas chega a 8,59 % acima do IPCA.

Fonte: FGTS. Elaboração: DIEESE – CUT

# Segurança privada avança em MS, mas maioria atua com curso vencido

## Com quase 36 mil vigilantes ativos, 78% estão com a formação desatualizada



Trabalhador de segurança particular usa rádio de comunicação (Foto: Reprodução)

Com a entrada em vigor da nova Lei da Segurança Privada, sancionada em setembro do ano passado, o setor começa a viver um novo ciclo em todo o país e os efeitos já aparecem também em Mato Grosso do Sul, segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgado nesta quinta-feira (24). O número de vínculos ativos no setor chegou ao maior patamar dos últimos cinco anos, mas a capacitação dos profissionais ainda é um gargalo: quase quatro em cada cinco vigilantes estão com cursos vencidos.

### RESUMO

O setor de segurança privada em Mato Grosso do Sul registra crescimento, mas enfrenta desafios na capacitação profissional. Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública revelam que 28.282 vigilantes estão com formação vencida, enquanto apenas 7.608 mantêm cursos atualizados. O estado conta com somente quatro escolas de formação ativas. Apesar das limitações, os salários do setor apresentaram aumento significativo. A remuneração base para vigilância patrimonial subiu para R\$ 1.818,37 em 2025, um reajuste de 16%. No transporte de valores, o piso alcançou R\$ 2.539,82, representando aumento de 36% em três anos.

A nova Lei da Segurança Privada, sancionada em 2023, promete combater a informalidade no setor.

Atualmente, 28.282 vigilantes estão com a formação vencida em Mato Grosso do Sul, enquanto 7.608 têm os cursos atualizados. O número preocupa, especialmente diante do crescimento do setor e das exigências trazidas pela nova legislação, que prevê punições mais duras para empresas e contratantes de serviços irregulares. Ainda segundo o anuário, existem apenas quatro escolas de formação de vigilantes ativas aqui.

Mesmo com as limitações na formação, os salários dos profissionais avançaram no período. A remuneração base para vigilância patrimonial, segurança pessoal e escolta armada passou de R\$ 1.567,83 em 2022 para R\$ 1.818,37 em 2025, um reajuste de 16%. Já no transporte de valores, onde o risco é maior, o piso chegou a R\$ 2.539,82 este ano, que representa uma alta de 36% em três anos.

O presidente da Fenavist (Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores), Jeferson Nazário, destaca que o Estatuto da Segurança Privada é um divisor de águas no setor, especialmente ao criminalizar a atuação de empresas clandestinas. “A nova lei traz instrumentos eficazes para o combate à informalidade e garante mais segurança jurídica às empresas regulares”, afirma.

Ainda assim, o número de empresas ativas no Estado caiu em 2025. O total de firmas de transporte de valores caiu pela metade, de oito para quatro. A escolta armada também encolheu, de 13 para nove empresas. Apenas

a vigilância patrimonial manteve relativa estabilidade, com 45 empresas ativas este ano.

Outro dado que chama a atenção é a queda no número de armas adquiridas por empresas do Centro-Oeste. As compras de armamento letal despencaram de 919 em 2022 para 676 em 2023, com leve recuperação em 2024 (903). Já as aquisições de armas não letais desabaram: foram apenas 61 em 2023, ante 480 no ano anterior.

Nacionalmente, o setor emprega hoje mais de 571 mil vigilantes, segundo a Polícia Federal, com crescimento de 10% nos primeiros cinco meses deste ano. A maioria tem entre 40 e 49 anos, e 84% possuem ao menos o ensino médio. Mesmo com a alta na ocupação, estima-se que 200 mil profissionais com cursos válidos ainda estejam fora do mercado.

O novo estatuto ainda aguarda regulamentação por decreto presidencial. Enquanto isso, o setor pressiona o governo pela publicação do texto que detalhará a atuação de empresas e profissionais. O temor é que, sem regras claras, parte dos avanços legais não possa ser efetivamente aplicada.

Jeferson Nazário acredita que o momento é de virada. “Com uma lei moderna e justa, temos agora a oportunidade real de reposicionar o setor como uma engrenagem essencial para o bem-estar da sociedade”, afirma. Mas reforça: para isso, é preciso investir em capacitação e deixar a clandestinidade para trás.

Fonte: CAMPO GRANDE NEWS - Kamila Alcântara

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Anibal Bispo

www.cntv.org.br  
cntv@terra.com.br  
(61) 3224-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,  
Térreo, lojas 09-11  
73300-000 Brasília-DF